



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

**MANIFESTAÇÃO NACIONAL
DOS PROFESSORES E EDUCADORES
LISBOA | 19. MAIO.2018**

Mário Nogueira

Secretário-Geral da FENPROF

Colegas,

Saúdo todos os presentes e relevo a importância de tão grande adesão a esta Manifestação. Esta é a prova de que a luta dos **professores está viva e bem viva**, ainda que isso incomode muita gente. A grande presença dos professores aqui, hoje, num momento avançado do ano letivo, em que o desgaste é já enorme, é a prova de que os professores não irão baixar os braços.

Em 2008, colegas, fizemos a Marcha da Indignação; hoje, em **2018**, a nossa **Marcha é pelo Respeito que é devido aos professores, não só no discurso, mas traduzido em medidas concretas.**

RESPEITO pelo tempo de serviço que foi cumprido. Todo, sem perda de um único dia!

RESPEITO pelas suas condições de trabalho, desde logo o seu horário, tanto na duração como na organização, sendo reposta a legalidade.

RESPEITO pelo desgaste e envelhecimento dos professores e a necessidade de, urgentemente, serem aprovadas normas específicas de aposentação que despenalizem a sua antecipação.

RESPEITO pela sua estabilidade na profissão e na vida, sendo **inaceitável a forma desqualificada, incompetente e ilegal com que o ME e a atual administração educativa**

têm abordado os concursos e o tratamento que é dado aos que vivem a precariedade, aos que exercem funções nas AEC e aos que trabalham no EPE.

RESPEITO pela autonomia dos professores e pelo seu papel na vida das escolas, o que é incompatível com a municipalização e o atual modelo de gestão.

Colegas,

Os professores têm lutado muito este ano: greve em 27 outubro, greve em 15 novembro; greve de 13 a 16 de março e muitas outras ações de menor dimensão, mas não menor importância. E foi com a sua luta que os **Professores obrigaram o governo, em 18 de novembro, a assumir compromissos**. Compromissos que, contudo, **tarda em cumprir**:

- O tempo de serviço está por contar e o tempo terá de ser todo contado, como se comprometeu o governo, como recomenda a AR e como se retira da Lei do Orçamento do Estado.
- Os horários continuam por regularizar, mantendo-se ilegais.
- A aposentação está por negociar, limitando-se o ME a repetir que isso não depende apenas de si.

E como se não bastasse o incumprimento, o **ME tem vindo a somar problemas**, tais como os que criou nos concursos ou nas progressões aos 5.º e 7.º escalões, e a **anunciar caminhos que darão lugar a outros problemas**, onde se destacam a municipalização, a redução pouco mais que fictícia de alunos por turma, a generalização da flexibilidade curricular e do regime de inclusão escolar sem que haja avaliação do que existe e preparação para o que aí vem.

Mas, à medida que os problemas se têm agravado e a situação ficado mais difícil, o ministro da Educação foi desaparecendo.

No início do 1.º período, afirmou que iria **lutar radicalmente pelos professores**. Desconhecemos se o fez, mas também não é o que se lhe exige. **O que se exige é que exista ministro para a Educação**, com peso político no governo, com capacidade de decisão, com

soluções para os problemas e que dê a cara também nos momentos difíceis, o que não tem acontecido.

O que se exige é termos um ministro sério, que não minta e não manipule. Um ministro que não diga que nada sai do seu ministério sem ser negociado com os sindicatos, porque é falso, e que não minta aos professores dizendo que tudo o que tem feito nos concursos tem merecido o acordo dos Sindicatos, pois estes querem é que os professores andem insatisfeitos. Isto não é política; isto é baixa política e revela falta de ética política.

Essa falta de protagonismo do Ministério da Educação na sua área de intervenção prioritária é o mais forte indício de desinvestimento na Educação, que se tem acentuado com o passar da Legislatura. Um desinvestimento que parece querer continuar, como se retira do Programa de Estabilidade que prevê uma **redução do Orçamento da Educação, nos próximos 12 anos, para 3,6% do PIB**, saindo da margem 4 a 6% recomendada pelas instâncias internacionais e afastando-se de valores que, já neste milénio, ultrapassaram os 5%.

Um **desinvestimento que, invariavelmente, se abate sobre os professores**: as suas condições de trabalho, os seus direitos, os seus salários e a sua carreira. São precisos mais professores e outros trabalhadores nas escolas, todos sabemos, e deverão ser colocados, mas rejeitamos a ideia do senhor Primeiro-Ministro de que o aumento do número de trabalhadores na Administração Pública deve acontecer à custa dos salários dos que já estão ao serviço. Os salários não são moeda de troca, nem os salários nem qualquer outro direito de quem trabalha.

Voltando ao ocaso de Tiago Brandão Rodrigues, foi preciso pressionar o ministro da Educação com um lembrete diário e fazer crescer o protesto dos professores para que reaparecesse e convocasse as organizações sindicais para reuniões que se realizarão em **4 de junho**. Lá estaremos, embora antes, já na quarta-feira, dia 23, estejamos na Assembleia da República para assistir à Audição do Ministro sobre as questões dos professores. E já pedimos que esta se faça em sala que comporte todos os que, de certeza, quererão ouvir o que tem o ministro para dizer. Estaremos para dar mais força aos que o confrontarão com a falta de respostas para os problemas dos professores.

Dia 4 de junho, como disse antes, estaremos na reunião com o ministro, mas não será para uma conversa redonda e inconsequente, que seria perda de tempo. **Exigiremos garantias** e prazos curtos para o seu cumprimento. Passou meio ano sobre o tempo em que se exigiam

compromissos; agora, o tempo já não é de compromisso, o tempo é de concretização e **garantia de prazos necessariamente curtos**. E o que nesta reunião há que garantir é:

- A recuperação integral do tempo de serviço,
- Um regime de aposentação cuja negociação deverá iniciar-se de imediato,
- A regularização dos horários de trabalho no quadro do despacho de OAL que será negociado em 5 e 6 de junho,
- A regularização de todas as situações relativas a concursos, sejam as regras do extraordinário, a prioridade de quem está nas AEC ou a colocação dos colegas dos QZP também em horários incompletos logo na mobilidade interna e não só nas reservas de recrutamento.

Chega de ausência e chega de conversa mole. Os Professores exigem medidas que resolvam os problemas e políticas de investimento na Educação, precisamente o contrário do que tem feito o Governo, principalmente depois de o ministro Mário Centeno ter passado a presidir o Eurogrupo, um prémio que castiga os Portugueses e os serviços públicos que os servem.

Se desta reunião não saírem essas medidas, não temos alternativa que não seja lutar ainda mais. E não **podemos adiar a luta**. O que acontecerá em 2019, para os professores e as escolas, terá início em setembro de 2018, ou seja, daqui a 4 meses, quando começar o novo ano escolar. Como tal, a ter de continuar, a luta terá de prosseguir durante o mês de junho, sob pena de nada mais se alterar até ao final da Legislatura. O que vem a seguir desconhecemos, pelo que não devemos jogar no escuro. Seria uma irresponsabilidade e um mau serviço aos professores se os seus sindicatos deixassem a luta a meio. Mas isso não irá acontecer.

Há quem diga, para desvalorizar a luta dos professores, que com ela nada se conseguiu. **Conseguimos, colegas, conseguimos e muito**. Conseguimos acabar com a divisão da carreira, com a avaliação de Lurdes Rodrigues, com a PACC, com as BCE, com o exame Cambridge, com a requalificação, com os cortes nos salários, com a sobretaxa de IRS, conseguimos a vinculação de milhares de professores, garantimos o reposicionamento de quem ingressou no período de congelamento, a contagem do tempo anterior à profissionalização, conseguimos criar condições de estabilidade aos colegas das escolas de ensino artístico e aos de Língua Gestual Portuguesa, entre outros resultados. Com a luta dos

professores, sozinhos ou com outros trabalhadores, temos obtido resultados positivos e outros há ainda para conseguir.

Será, pois, com a luta, **com a sua luta** – em convergência, em unidade, em respeito uns pelos outros porque somos todos professores e conscientes de que só quem luta obtém resultados –, que os Professores e Educadores em Portugal, não baixando os braços, exigirão **respeito pelos seus direitos, pela sua carreira, pelas suas condições de trabalho, em suma, respeito pela Profissão de Professor!**

Uma última nota colegas: Há um sonho que nunca deixei morrer. É que um dia, reconhecendo a importância que têm na sociedade, teremos um Governo que respeite e valorize os Professores. Nunca deixei de alimentar esse sonho e por isso nunca deixei de lutar. Sonhemos e lutemos para que o nosso sonho se transforme em realidade.

Vivam os Professores, a Educação e a Democracia!